



Índice

- 01 [Índios marcham na Esplanada e complicam o trânsito no Eixo Monumental](#)
- 02 [Índios guarani-ñhandeva tomam agência bancária em Iguatemi](#)
- 03 [Ministro da Justiça vem para fechar acordo entre índios e produtores](#)
- 04 [Índios denunciam governo por construção de usina](#)
- 05 [Comissão debate amanhã demarcação de terras indígenas](#)
- 06 [Agricultura aprova sustação de declaração de posse indígena no RS](#)
- 07 [Criada a primeira orquestra indígena terena do Mato Grosso do Sul](#)
- 08 [Semana decisiva para os povos indígenas](#)
- 09 [Índios Kaibis de Juara querem Batelão e mais atenção à Saúde dos indígenas](#)
- 10 ['Esperançoso', diz indígena sobre proposta de compra de terras em MS](#)





Índios marcham na Esplanada e complicam o trânsito no Eixo Monumental
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 13.08.2013

O grupo marchou da Biblioteca Nacional até a Palácio do Planalto; eles reivindicam as demarcações de terras dos povos indígenas

Índios de várias etnias fazem uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, nesta terça-feira (13/8). A principal pauta de reivindicações do grupo é sobre as demarcações de terras dos povos indígenas.

Os manifestantes também protestam contra o Projeto de Lei Complementar 227 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, ambos com tramitações na Câmara. Os textos visam, respectivamente, apontar exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras tradicionais, e transferir do Executivo para o Legislativo a demarcação e homologação de terras tradicionais, tanto para indígenas quanto para quilombolas.

O grupo, de aproximadamente 150 índios, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) marchou da Biblioteca Nacional até o Palácio do Planalto, complicando o trânsito no Eixo Monumental. Duas comitivas vão participar das negociações, uma no Palácio do Planalto e outra no Ministério de Minas e Energias.

Leia mais notícias em Cidades

Uma das lideranças do movimento, Karkaju Pataxó, informou que foram entregues cartas à presidente Dilma Rousseff e a ministros com as reivindicações dos povos indígenas. "As demarcações de terras dos índios acaba criando uma situação de atrito entre as comunidades", afirmou Karkaju.

De acordo com o Cimi, durante à tarde os índios ainda vão participar um seminário na Câmara dos Deputados sobre a PEC 215.



Índios guarani-ñhandeva tomam agência bancária em Iguatemi
SÍTIO REGIÃO NEWS, 13.08.2013

Segundo os indígenas é comum beneficiários chegarem à agência bancária para sacar o benefício e o banco informar que tal valor já foi sacado por outra pessoa.

Um grupo de indígenas guarani-ñhandeva, segundo as informações, oriundos da Aldeia Porto Lindo, no município de Japorã, tomaram por determinado tempo na manhã dessa segunda-feira, 12 de agosto, a agência do Banco Bradesco, em Iguatemi.

Pintados para guerra, armados com armas artesanais tipo "tacapes" e munidos de cartazes, os guaranis se aglomeraram na porta da agência bancária impedindo a entrada e saída de pessoas.

A manifestação, segundo os indígenas, era em relação ao recebimento de benefícios, entre eles, aposentadorias. Segundo os indígenas é comum beneficiários chegarem à agência bancária para sacar o benefício e o banco informar que tal valor já foi sacado por outra pessoa.

Informações levantadas pela reportagem do A Gazetanews que também chegaram ao conhecimento da Polícia Militar local dão conta que parte dos indígenas compram fiado em estabelecimentos comerciais da cidade e, para garantir o pagamento, os comerciantes acabam retendo o cartão do índio.

De posse do cartão e inclusive da senha do "cliente", o comerciante acaba efetuando saques para cobrir o suposto débito, prática comum utilizada pela maior parte dos estabelecimentos comerciais que atendem indígenas no Cone Sul do Estado, em Mato Grosso do Sul.

Segundo a Polícia Militar de Iguatemi, que acompanhou a manifestação, os indígenas também se deslocaram até a agência dos Correios do município, posteriormente teriam passado por órgãos públicos e no início da tarde dessa segunda deixaram a cidade, voltando para a aldeia. De acordo com a PM, durante a manifestação não houve informação de maiores problemas ou danos a patrimônios provocados pelos guarani-ñhandeva.



Boletim de Notícias - Edição nº 145 / 2013

Brasília, 14 de agosto de 2013.

Ministro da Justiça vem para fechar acordo entre índios e produtores

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 13.08.2013

O governador André Puccinelli (PMDB) irá se reunir com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, às 10h30 no Gran Park Hotel, em Campo Grande. Esta visita faz parte da roda de negociação do governo federal com representantes dos indígenas e produtores rurais em relação aos conflitos de terras no Estado.

O ministro marcou esta reunião na semana passada e deve começar a resolver a questão das terras indígenas começando pela fazenda Buriti em Sidrolândia. O governador havia declarado que os produtores teriam que estar em "alerta", pois a União sinalizou o pagamento das terras com TDA (Título da Dívida Agrária), que segundo ele, não se trata de dinheiro, apenas papel.

Anúncio - O Governo federal anunciou no dia 7 de agosto que vai comprar terras de três áreas para colocar fim aos conflitos entre índios e produtores rurais em Mato Grosso do Sul.

Em reunião com representantes dos índios e produtores, a União estimou em R\$ 150 milhões a aquisição de 15 mil hectares de terras para ampliar a reserva Buriti e anunciou as duas próximas prioridades de indenização para devolução de áreas indígenas no Estado.

Os produtores rurais devem aceitar o pagamento de Títulos da Dívida Agrária (TDAs). A decisão pode ser o início para acabar com uma disputa histórica entre índios e produtores rurais.



Índios denunciam governo por construção de usina

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 13.08.2013

Depois de intervenção protagonizada pelo Poder Público de Jacareacanga, município ao sul do estado do Pará, caciques e lideranças afirmam, em nota pública, que o povo Munduruku seguirá contrário à construção de usinas hidrelétricas no rio Tapajós, cujas águas cortam o território indígena e, se barradas, inundarão aldeias, áreas de subsistência e locais sagrados do povo.

Para as lideranças Munduruku, o governo federal e demais grupos interessados usam a prefeitura e os vereadores para dividir o povo e facilitar a entrada do projeto de usina hidrelétrica no Tapajós. "Querem colocar pessoas que são a favor (da usina) para ter o controle. Fizemos reunião para enviar relatório ao governo", denuncia Jairo Saw, porta-voz do cacique geral Munduruku.

No último dia 3, uma reunião para avaliar o movimento de resistência aos projetos da usina foi convocada. Cerca de 83 caciques desceram das aldeias para Jacareacanga. "A pauta dizia que era para avaliar os últimos acontecimentos do movimento. Era para fortalecer a luta contra os grandes projetos e a organização dos Munduruku de uma forma geral", explica Saw.

Porém, o prefeito da cidade, Raulien Queiroz, filiado ao PT, policiais fortemente armados, vereadores e assessores políticos garantiram a inversão da pauta: o encontro passou a ser para mudar a direção da Associação Pusuru. Capangas proibiam registros fotográficos, quem chegasse era revistado e faixas contra o projeto hidrelétrico foram proibidas de serem abertas.

A Associação Pusuru se tornou um dos principais instrumentos do povo Munduruku de mobilização contra empreendimentos hidrelétricos nos rios da Amazônia. Entre abril e maio, os Munduruku ocuparam por duas vezes o principal canteiro da UHE Belo Monte, no rio Xingu, e em junho realizaram manifestações em Brasília (DF) e detiveram a ação de técnicos que trabalhavam no interior do território indígena para preparar relatório ambiental em prol da construção da usina. Protestaram também na Câmara dos Vereadores de Jacareacanga, reivindicando um posicionamento contrário dos parlamentares ante o projeto hidrelétrico do governo federal.

Todas as ações foram criticadas pelo prefeito durante a reunião, sem possibilidade de defesa por parte dos Munduruku. "Os caciques e lideranças não foram permitidos de falar e o tempo estava restrito em poucos minutos. Não existe isso em nossas reuniões. A maioria não entendeu o que estava sendo discutido, porque era para se discutir outra coisa", destaca Jairo Saw. Na nota, o movimento aponta que o golpe foi dado por políticos da cidade que visam acabar com a resistência ao projeto hidrelétrico, mas que "não conseguiram acabar porque somos maioria".

Maria Leusa Munduruku acabou retirada da Associação Pusuru, da qual era vice-presidente.

CONT.



Passou cerca de dois meses fora da aldeia, entre as ocupações ao canteiro de Belo Monte e as mobilizações de Brasília. Sempre foi contra a usina e presenciou o secretário de Assuntos Indígenas de Jacareacanga ameaçando de que não garantiria o combustível dos barcos para a volta das lideranças às comunidades se as faixas contra a usina não fossem retiradas. “O cacique com quem ele falava se intimidou. Eram muitos policiais, capangas. Fomos todos pegos de surpresa”, afirma.

Estratégia que vem de cima

Não é a primeira vez que o Poder Público de Jacareacanga é usado como via de acesso para a imposição de projetos nas terras Munduruku, aquém às vontades e opiniões do povo. Em agosto de 2011, representantes da empresa Celestial Green, ligada ao mercado de carbono e REDD, se reuniram com vereadores para assinar um contrato que concedia direitos de uso absoluto das terras indígenas à empresa durante 30 anos. Os Munduruku não aceitaram, denunciaram às autoridades e negaram qualquer trato.

Para Jairo Saw, a situação presente não é diferente: o governo federal age pelo Poder Público local para impor o projeto de usina nas terras do povo. “A ideia do governo é acabar com a nossa cultura, dividir o povo e fazer a integração social do índio na sociedade que o governo controla. Se o Munduruku está reagindo é para manter a cultura; se o povo se aquietar é porque desapareceram as tradições e a língua”, explica o assessor do cacique geral.

Outro ponto destacado por Saw é o local da reunião. Para ele, a armação começa quando foi decidida a cidade para o encontro. “Eles (prefeito e vereadores) tinham medo de que acontecesse nas aldeias e as lideranças se revoltassem com a atitude dos vereadores. Em Jacareacanga eles podiam chamar a polícia a qualquer momento, intimidando os caciques e lideranças”, analisa Saw. O encontro foi marcado, segundo a liderança, pelos próprios gestores municipais. Dos 83 caciques presentes, apenas seis tiveram direito a fala.

Num outro sentido, as lideranças Munduruku apontam a ingerência dos vereadores indígenas. Saw explica que mesmo que eleitos com votos Munduruku, os parlamentares indígenas não representam o povo e tampouco podem falar e decidir pelo povo, tal como aconteceu na questão do contrato com a Celestial Green e agora no caso da construção da usina. A decisão dos Munduruku é uma só: contra qualquer usina nos rios da Amazônia, sobretudo no Tapajós.

“Então eles precisam respeitar isso. Governo federal tem que discutir com a gente, nossa opinião é que vale. Da outra vez foi a mesma coisa: Paulo Maldos (da Secretaria Geral da Presidência da República) se reuniu com os vereadores, enquanto os caciques ficaram esperando por ele na aldeia Sai Cinza”, frisa Saw.

Os vereadores indígenas alegaram que o movimento Munduruku, em suas ações, sobretudo na retirada dos técnicos do interior da terra indígena, “passa por cima” do cacique geral. Saw rechaça a acusação: “Assessoro o cacique geral e ele acompanha o movimento de resistência, assim como os outros caciques. Inclusive ele esteve presente aqui em Jacareacanga para que os guerreiros mantivessem o controle e ele ter como orientar”.

Fonte: Brasil de Fato



Comissão debate amanhã demarcação de terras indígenas

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 13.08.2013

Agência Câmara/TL

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias promove nesta quarta-feira (14) audiência pública sobre demarcação de terras indígenas.

A audiência vai abordar especificamente o PLP 227/12, que regulamenta as demarcações e também define quais são bens de relevante interesse público da União, que não podem ser demarcados.

Pela proposta, são bens de relevante interesse público as terras de fronteira; as vias federais de comunicação; as áreas antrópicas produtivas que atendam a função social da terra; os perímetros rurais e urbanos dos municípios; as lavras e portos em atividade.

Retrospectiva

O projeto será submetido a comissão especial da Câmara. O texto já foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento de Desenvolvimento Rural, e a bancada ruralista chegou a apresentar pedido de urgência para levá-lo, o mais rapidamente possível, à análise do Plenário.

O PV e o Psol resistiram e chegaram a obstruir as sessões do Plenário. Acatando requerimento do líder do Psol, deputado Ivan Valente (SP), a Mesa Diretora determinou que o projeto fosse analisado por uma comissão especial, já que seu conteúdo diz respeito à competência de mais de três comissões temáticas.

A proposta original ganhou um substitutivo do deputado Moreira Mendes (PSD-RO). De acordo com o texto, os interesses da Política de Defesa Nacional devem ficar acima do uso de terras indígenas.

Foram convidados a participar da audiência: a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Bolulitreau Assirati; o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber César Buzatto; presidente do Partido Nacional Indígena (PNI), Ary Paliano; o representante do Povo Karipuna Kleber Luiz Santos dos Santos; o representante do Povo Tupiniquim Renato da Silva Filho; e o representante da Associação de Missões Transculturais Brasileiras (AMTB) Cassiano Batista da Luz.

A audiência será às 14 horas, no plenário 9.



Agricultura aprova sustação de declaração de posse indígena no RS

SÍTIO RURAL CENTRO, 13.08.2013

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (7) proposta que anula os efeitos da portaria do Ministério da Justiça (2.222/12-MJ) que concede aos grupos indígenas Guarani Chiripá e Mbya, da terra Mato Preto, o direito de posse de um território de 4,2 mil hectares nos municípios de Erebango, Erechim e Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul.

A proposta consta do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 712/12, do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS). Moreira argumenta que a demarcação incide sobre uma área que não preenche os requisitos constitucionais para ser reconhecida como indígena, pois na região estão estabelecidos trabalhadores rurais e pequenos agricultores e suas famílias. E diz ainda que os produtores não foram ouvidos em suas manifestações contrárias à demarcação.

Relator na comissão, o deputado Vitor Penido (DEM-MG) também defendeu a sustação da portaria e apresentou parecer pela aprovação do PDC 712/12 e rejeitando o PDC 713/12, do deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), que trata do mesmo assunto, segundo Penido, para facilitar a aprovação final do projeto.

Fonte de conflitos

Ele argumenta que a engenharia jurídica que se construiu para dotar a Fundação Nacional do Índio (Funai) de total controle sobre as demarcações das terras indígenas tem conduzido o órgão indigenista a "práticas unilaterais, relegando os direitos de terceiros, e tornando o processo demarcatório um verdadeiro pomo de discórdia e fonte de conflitos".

Ele cita como exemplo os problemas da demarcação artificial de área indígena na região de Pompéu e Martinho Campos, no estado de Minas Gerais. Segundo Penido, nesse caso, quando a Funai resolveu criar uma área indígena nos municípios citados, para o usufruto de grupo indígena até então desconhecido, a professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, da Universidade Federal da Bahia, realizou o estudo antropológico e chegou à conclusão de que o processo de demarcação era inviável, porque os pretensos beneficiários nunca compartilharam um território comum.

"Hoje, os agricultores que legitimamente ocupam as terras da Dona Joaquina do Pompéu, figura histórica conhecida nacionalmente, são ameaçados de perdê-las", afirmou. "Note que esses agricultores possuem escritura pública de suas terras há mais de 100 anos", completou Penido, acrescentando que no final da década de 90, outros antropólogos voltaram à região de Pompéu e, de forma obscura e contraditória, reconheceram a etnia dos Kaxixó, dando-lhes o direito de usufruto de extenso território.



Criada a primeira orquestra indígena terena do Mato Grosso do Sul

SÍTIO A TRIBUNA NEWS, 13.08.2013

Alunos da etnia terena de escolas públicas de Aquidauana e Anastácio receberão aulas de teórica e prática de instrumentos

O Oi Futuro, instituto de responsabilidade social da Oi, em parceria com o Instituto Ressoarte, anunciam o início do projeto 'Orquestra Indígena TekoArandú', que prevê a implantação de uma orquestra indígena de metais e percussão para os alunos terenas de cinco escolas públicas de Anastácio e Aquidauana, no Mato Grosso do Sul. O objetivo é promover a diversidade e visibilidade da identidade cultural dos povos indígenas desta etnia.

A orquestra será formada por 50 alunos indígenas da comunidade Aldeinha e da rede pública de ensino, que receberão oficinas de formação musical teórica e prática de instrumentos de percussão e sopro. As aulas possuem duração de dez meses e terão início no mês de agosto. Além da orquestra, serão ministradas oficinas de violão para 25 alunos pelo mesmo período, beneficiando um total de 75 jovens. Também serão realizadas oficinas de musicalização para 125 crianças durante cinco meses nas aldeias de Aquidauana/MS. Ao término do projeto serão realizadas apresentações em seis comunidades indígenas: as aldeias Aldeinha, Lagoinha, Limão Verde, Bananal, Água Branca e Ipegue.

Além da orquestra indígena, em 2013 no estado do Mato Grosso do Sul, o Oi Novos Brasis apoiou o projeto Oficina Panificadora, da Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, que capacitou 40 adolescentes na área de panificação para geração de trabalho e renda. Em 2012, o Oi Futuro apoiou também o projeto Núcleo Tecnológico, do Moinho Cultural em Corumbá, que ofereceu aulas de fotografia, produção fonográfica, processo criativo, e de captação e edição de imagens para os integrantes do núcleo e de escolas públicas de Corumbá e Ladário.

Em sua 9ª edição, o Programa Oi Novos Brasis recebeu 578 inscrições de todo o Brasil, para apoio financeiro a projetos socioambientais que visem à sustentabilidade em suas três dimensões: social, econômica e ambiental. Nesta edição, 16 estados foram contemplados, alcançando todas as regiões brasileiras. Puderam participar do edital organizações sem fins lucrativos, regularmente constituídas e legalizadas há pelo menos um ano, com projetos em fase de planejamento ou andamento nas seguintes áreas: Educação para a Sustentabilidade, Garantia de Direitos (em especial no âmbito da acessibilidade) e Trabalho e Renda (qualificação profissional e empreendedorismo).

Construindo Novos Brasis

O Oi Novos Brasis é um dos principais programas do Oi Futuro. Desde a sua criação, em 2004, o programa já apoiou 141 projetos, sem considerar os selecionados da nona edição. Foram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 145 / 2013

Brasília, 14 de agosto de 2013.

beneficiadas mais de 100 mil pessoas, entre populações tradicionais, jovens rurais, pessoas com deficiência, mulheres empreendedoras e comunidades que lutam para preservar suas culturas, ratificando a importância da valorização da diversidade sociocultural brasileira.

Assessoria de Imprensa



Semana decisiva para os povos indígenas

SÍTIO DESACATO, 13.08.2013

Os sinais da retomada dos conflitos armados entre povos indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul já estão na imprensa local. Em matéria publicada no jornal eletrônico Campo Grande News na última quinta-feira o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB) disse estar "apavorado" com o desfecho dos conflitos. Na segunda-feira (5), o grupo de trabalho do governo federal apresentaria a proposta para solucionar o problema no Estado, já adiada para próxima quinta-feira, dia 8. Para Puccinelli, se o Governo Federal não encaminhar uma resposta conclusiva aos produtores rurais e indígenas poderá haver conflitos graves no Estado. Os representantes e lideranças indígenas por seu lado afirmam que retomarão as ocupações se os governos, federal e estadual, não lhes propuserem uma perspectiva concreta e factível, com um programa (com cronograma de aplicação) assinado por todas as autoridades e publicado nos diários oficiais respectivos.

Aparentemente, as partes em conflito (povos indígenas e produtores rurais) concordam que os governos devem pagar a terra nua dos fazendeiros e revertê-las à União para usufruto dos índios que as reivindicam como suas. A matéria acima citada fala em mais de um bilhão de reais como sendo o custo destes pagamentos.

As questões jurídicas envolvidas nesta proposta são, por outro lado, complexas e há enormes divergências sobre elas. Há juízes, sobretudo de primeira instância, que entendem que as terras reivindicadas pelos índios – e estudadas pela FUNAI – não são "tradicionais indígenas" no conceito do artigo 231 da Constituição e que, portanto, se trataria ações de desapropriação por interesse social. Representantes indígenas e da FUNAI discordam deste entendimento. No que são acompanhados por representantes do MPF e por juristas renomados, defendendo que as terras reivindicadas pelos indígenas no MS são "tradicionais indígenas" porque houve farta produção de provas neste sentido, dispostas nos relatórios de identificação elaborados por profissionais especializados contratados pela FUNAI, e também em laudos periciais solicitados pelo juízo. E são estes relatórios e laudos que vêm sendo contestados em juízo pelos produtores rurais – e que juízes de 1ª e 2ª instâncias do judiciário na maioria dos julgamentos dão ganho de causa. Daí a causa das "reintegrações de posse" e dos conflitos. Isto quando a disputa vai a juízo, pois no caso dos Guarani muitas vezes os fazendeiros reagem extrajudicialmente, atacando e assassinando pessoas indígenas, como fartamente noticiado.

O governador do MS fala (e age) como se o seu Estado não tivesse nada a ver com os conflitos e a disputa pela terra em seu quintal. Responsabiliza o governo federal e propõe o pagamento por esse governo da terra nua aos fazendeiros, os quais defende com unhas e dentes, literalmente, embora a maioria dos títulos incidentes sobre as terras indígenas no MS tenha sido emitido pelo governo estadual, participante ativo no esbulho da ocupação indígena.

O governo federal, por seu lado, está dividido, com posições divergentes entre a Secretaria Geral da Presidência e o Ministério da Justiça. Gilberto Carvalho tem defendido a posição

CONT.



compartilhada pela FUNAI: as terras são indígenas e a solução passa pelo reconhecimento do título nulo dado ao produtor pelo Estado federado. O ministro Cardozo defende a interpretação de alguns ministros do STF (indenização por interesse social). Representantes indígenas vão mais longe ainda: denunciam a disposição do Ministro da Justiça em buscar adiar as decisões para dar tempo para que o Congresso aprove a PEC 215 ou o PLP 227 (que segundo o deputado autor do projeto de lei, foi-lhe justamente sugerido por Cardozo e Adams, o chefe da AGU). Cardozo, ao que tudo indica, conta com o Congresso para se livrar de se expor e comprometer sua carreira política (dado que índio não elege deputado nem governador no estado de São Paulo). Gleisi e Adams, para completar, mostram-se completamente alinhados com os ruralistas, e dispostos a referendar qualquer medida que venha a descaracterizar completamente os direitos indígenas e dar instrumentos ao Governo para tratar as reivindicações dos indígenas como caso de polícia.

Em suma, com o governo federal dividido, o governador do MS, esperto, não se mete e Dilma aparentemente não quer entrar em bola dividida nesta altura do campeonato... Logo, a previsão é de que nada será decidido nesta semana, como prometido aos índios e aos fazendeiros, e eles vão partir para o único instrumento que lhes resta: a retomada das áreas, que, como de costume, deve resultar em novas reintegrações de posse violentas, com possíveis vítimas (claro que indígenas). Só assim conseguem pressionar os governos, que parecem querer insistir sempre em anunciar outros prazos, para descumpri-los novamente.

Para que este cenário não se repita, a presidenta Dilma Rousseff só tem uma saída, a nosso ver: defender a FUNAI e a sua posição, que é a de comprometer o governo do estado do MS na solução para o pagamento da indenização aos produtores de boa fé a quem lhes deu um título nulo. Proposta que pode depois ser estendida a outros estados da federação, em especial o RS e o PR, onde a situação é similar. Mas para isso ela precisaria chamar para si a decisão, ao invés de permitir-se ficar refém de ministros que jogam por seus interesses pessoais, políticos ou inconfessáveis. Só assim Dilma se colocaria na posição de estadista que lhe impõe seu cargo, defendendo a Constituição, o que não é mais que seu dever. Quaisquer das soluções legislativas em pauta, que visam alterar o artigo 231, só têm vocação para agravar o conflito, e certamente sofrerão forte e intenso combate da parte dos índios e da sociedade civil.

Colaboração de Helena Azanha, para o EcoDebate, 13/08/2013



Índios Kaibis de Juara querem Batelão e mais atenção à Saúde dos indígenas
SÍTIO ACESSENOTÍCIAS, 13.08.2013

A reunião na Aldeia Tatui dos índios Kaiabís com vários representantes do Governo Federal serviu para esclarecer intenções e discutir propostas dos índios Kaiabís quanto a homologação de demarcação de terras e problemas pontuais como a Saúde indígena.

No dia 12, a Presidente da Funai Maria Augusta Assirati, Guilherme dos Santos representando o Ministério da Justiça, Jose Carlos Batista representando o MEC, Guilherme dos Santos representando o Ministério de Minas e Energia, Terezinha Magri representando o Ministério da Justiça para Assunto Indígenas vieram de Brasília-DF para uma reunião com lideranças indígenas da Etnia Kaiabi, o anfitrião Cacique da Aldeia Tatuí Matias Francisco Jurucatu, o Cacique da Aldeia Cururuzinho do Pará e Xingu Taravy Kaiabi e população indígena, além da presença do vereador João Pinto representando a Câmara de Vereadores e da Secretária do Meio Ambiente de Juara Cida Felix, representando o Poder Executivo de Juara.

O cacique da Aldeia Tatui Matias, informou a Rádio Tucunaré, que motivo do convite as autoridades para essa reunião se deve a suposta construção de uma usina no Salto Kaibi, mas essa possibilidade foi contestada pelos representantes do Governo Federal, que disseram desconhecer a existência desse projeto. Eles queixaram-se ainda, sobre a demora na homologação na demarcação de terras indígenas como o Batelão, por exemplo.

O Indígena Murai Kaiabi, revelou que os Índios Kaibís querem a continuação da demarcação das terras do Batelão e que não querem prejudicar nenhum município, mas querem o que é deles, ou seja, ao menos o "pedaço que está em processo de demarcação ficara bom para todos. Eles não pretendem desistir dessa porque lá existem cemitério e sempre foi área indígena. "acho que hoje nós estamos bem organizados. Hoje não briga mais em borduna e flecha, hoje nos briga no papel e na caneta. Tudo com documento", disse.

Uma das queixas dos indígenas é quanto a Saúde, onde Murai explica, que depois que a Secretaria de Saúde Indígena passou ao comando do Município, ou seja para o SESAI, ficou mais difícil para trabalhar, porque faltam recursos, explicou.

A Presidente da Funai Maria Augusta, considera que essa região requer um trabalho grande de recuperação ambiental e de sustentabilidade. Ela considera que a presença da Funai precisa estar mais presente mas não tem estrutura para essa presença acontecer com mais frequência.

Assim que houver a demarcação das terras requeridas pelo Kaiabís, no caso a Aldeia Cururuzinho no Pará, a Funai deverá iniciar projetos de sustentabilidade, informou a Presidente da Funai.



'Esperançoso', diz indígena sobre proposta de compra de terras em MS

SÍTIO G1 MS, 13.08.2013

Líder guarani-kaiowá avalia que indenização deve dar fim a conflitos. Proposta de compra de terras está sendo discutida pelo governo federal.

O governo federal anunciou que deve comprar terras em Mato Grosso do Sul, utilizando títulos da dívida ativa, para indenizar produtores rurais que estão em áreas reivindicadas por índios terena em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande. A União sinalizou que também pode comprar outras áreas no estado para reforma agrária e emitir títulos ao governo estadual. O dinheiro da venda desses títulos deverá ressarcir donos de propriedades que vão ser repassadas aos indígenas. A indenização é aguardada com expectativa por comunidades indígenas no estado.

O porta-voz da assembleia geral dos índios guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul, Tonico Benites, avalia que a proposta do governo federal é bem-vinda e representa uma esperança de paz nas comunidades. "A falta de uma definição concreta do governo gera muita violência. Esse anúncio está deixando a comunidade esperançosa", diz Tonico.

O presidente do Sindicato Rural de Dourados, Marisvaldo Zeuli, acredita que a compra de terra e o repasse aos indígenas não é a melhor solução para os conflitos agrários. "Vejo isso como forma de amenizar o problema de imediato, mas essa solução ainda vai demorar muito para vir da forma como está sendo colocada", afirma.

O presidente da comissão de assuntos indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MS) de Dourados, Rafael Couto Barbosa, é favorável à iniciativa da indenização aos produtores. "Desde que a medida não venha ferir direitos dos indígenas ou dos proprietários rurais, e venha no sentido de solucionar os conflitos, de fato ela é válida", comenta.

A compra de áreas para transformar em reservas indígenas já foi adotada pelo governo federal em Mato Grosso do Sul. Em 2004, 38 famílias de produtores rurais que moravam no distrito de Panambi deixaram o local e se mudaram para uma fazenda comprada em Juti. A área custou R\$ 30 milhões. O Panambi se tornou uma aldeia e atualmente 480 indígenas vivem no local.